



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

**UM GUIA ATEMPORAL PARA RESPONSABILIZAÇÃO DE CONDUTAS E ASSUNTOS INTERNOS
NO ÂMBITO DE INSTITUIÇÕES POLICIAIS**

**A TIMELESS GUIDE TO ACCOUNTABILITY OF CONDUCT AND INTERNAL AFFAIRS WITHIN
POLICE INSTITUTIONS**

**UNA GUÍA INTEMPORAL PARA LA RESPONSABILIZACIÓN DE CONDUCTAS Y ASUNTOS
INTERNOS EN EL ÁMBITO DE LAS INSTITUCIONES POLICIALES**

Rafael Di Lorenzo Costa¹

e626219

<https://doi.org/10.47820/recima21.v6i2.6219>

PUBLICADO: 2/2025

RESUMO

Este trabalho é uma resenha do livro *Managing Accountability Systems for Police Conduct*, publicado em 2009 por Jeffrey J. Noble e Geoffrey P. Alpert. Traz uma análise sobre o conteúdo da obra que trata sobre os sistemas de responsabilização policial, unindo teoria e prática. Demonstra ainda a importância da publicação para pesquisadores, formuladores de políticas e instituições policiais como a Polícia Militar do Estado do Paraná. Analisa por fim as abordagens que vão desde questões anteriores as investigações, até eficácia e avaliação dos resultados, com foco em transparência e disciplina.

PALAVRAS-CHAVE: Responsabilização policial. Polícia Militar. Conduta policial. Instituições policiais.

ABSTRACT

*This paper is a review of the book *Managing Accountability Systems for Police Conduct*, published in 2009 by Jeffrey J. Noble and Geoffrey P. Alpert. It provides an analysis of the book's content, which addresses police accountability systems by integrating theory and practice. The review also highlights the importance of the publication for researchers, policymakers, and law enforcement institutions, such as the Military Police of the State of Paraná. Furthermore, it examines the approach taken in the book, covering topics ranging from pre-investigation issues to the effectiveness and evaluation of outcomes, with an emphasis on transparency and discipline.*

KEYWORDS: Police accountability. Military Police. Police conduct. Police institutions.

RESUMEN

*Este trabajo es una reseña del libro *Managing Accountability Systems for Police Conduct*, publicado en 2009 por Jeffrey J. Noble y Geoffrey P. Alpert. Presenta un análisis del contenido de la obra, que aborda los sistemas de rendición de cuentas policiales, combinando teoría y práctica. Además, destaca la importancia de la publicación para investigadores, formuladores de políticas públicas e instituciones policiales, como la Policía Militar del Estado de Paraná. También analiza el enfoque adoptado en el libro, abarcando temas que van desde cuestiones previas a las investigaciones hasta la eficacia y evaluación de los resultados, con un énfasis en la transparencia y la disciplina.*

PALABRAS CLAVE: Responsabilidad policial. Policía Militar. Conducta policial. Instituciones policiales.

¹ Policial militar do Estado do Paraná, com formação superior em Comunicação Institucional pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), pós graduado em Inteligência Policial e Penitenciária e Análise Criminal e acadêmico de Engenharia da Computação.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UM GUIA ATEMPORAL PARA RESPONSABILIZAÇÃO DE CONDUTAS E ASSUNTOS
INTERNOS NO ÂMBITO DE INSTITUIÇÕES POLICIAIS
Rafael Di Lorenzo Costa

INTRODUÇÃO

O livro *“Managing Accountability Systems for Police Conduct: Internal Affairs and External Oversight”* (Gerenciamento de Sistemas de Prestação de Contas da Conduta Policial: Assuntos Internos e Supervisão Externa em tradução livre) de Jeffrey J. Noble e Geoffrey P. Alpert proporciona um detalhado raio X do funcionamento e estruturas de responsabilização policial das unidades de assuntos internos e mecanismos de supervisão externa. Esta resenha crítica explorará os principais tópicos discutidos pelos autores, avaliando as contribuições do livro bem como refletirá sobre suas possíveis e valiosas contribuições para formuladores de políticas de assuntos internos, profissionais da área e pesquisadores, em especial para a Polícia Militar do Estado do Paraná.

A experiência acadêmica e em aplicação da lei dos autores enriquece o livro com percepções práticas e aprofundamento teórico. Jeffrey J. Noble é formado em Justiça Criminal pela Universidade Estadual da Califórnia com uma longa carreira como policial, incluindo o cargo de Subchefe da Polícia de Irvine no Estado americano da Califórnia. É um renomado consultor e especialista em questões policiais. Com extenso currículo acadêmico também é autor de inúmeras publicações abrangendo temas como uso da força, responsabilidade policial e investigação criminal. Além disso, atualmente ele também compartilha seu conhecimento por meio de palestras e consultorias.

Por sua vez, Geoffrey P. Alpert é professor do departamento de criminologia e justiça criminal da Universidade da Carolina do Sul com reconhecimento internacional graças a seus estudos sobre atividades policiais que já ocorrem há aproximadamente três décadas. Além disso, ele possui relevante histórico de colaboração com instituições governamentais, tendo ministrado aulas na Academia Nacional do FBI e no Centro Federal de Treinamento de Aplicação da Lei. Alpert ainda é membro do Conselho Consultivo de Pesquisa da Associação Internacional de Chefes de Polícia, e atua como Monitor Federal para o Departamento de Polícia de Nova Orleans além de ser membro da equipe de *compliance* do Bureau de Polícia de Portland no Estado de Oregon.

O livro ainda não possui edição traduzida e comercializada no Brasil, mas pode ser adquirido por plataformas de comércio eletrônico e também é vendido ou alugado como *e-book* pelo leitor de livros digitais da Amazon. A obra é composta por dez capítulos que contemplam desde os fundamentos da atividade de assuntos internos - no Brasil sob o guarda-chuva das Corregedorias - passando pela investigação e suas ferramentas, produção de documentos e ações disciplinares, encerrando com considerações sobre a eficácia e a necessária avaliação dos tópicos apresentados.

1. VISÃO GERAL E ANÁLISE DO CONTEÚDO

Embora tenha sido publicado em 2009, no transcorrer de seus dez capítulos são explorados aspectos históricos e teóricos com menção a práticas de gestão da conduta policial que encontram abrigo na realidade atual em que a atuação policial é marcada pelo escrutínio do trabalho dos órgãos de segurança pública e pelas constantes demandas por reforma policial. O livro oferece uma visão abrangente dos desafios enfrentados pelas forças policiais, bem como das melhores práticas para



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UM GUIA ATEMPORAL PARA RESPONSABILIZAÇÃO DE CONDUTAS E ASSUNTOS
INTERNOS NO ÂMBITO DE INSTITUIÇÕES POLICIAIS
Rafael Di Lorenzo Costa

garantir a integridade e a profissionalização das instituições. Por meio de cuidadosa análise das sistemáticas de assuntos internos, da supervisão externa e de outros mecanismos de controle, os autores iluminam o debate sobre o fortalecimento da eficácia e legitimação das forças policiais.

Noble e Alpert imprimem seus conhecimentos práticos e teóricos com uma abordagem metodológica cuidadosa e rigorosa, baseada em uma revisão abrangente da literatura acadêmica sobre sistemas de responsabilidade policial. É feito uso de uma ampla gama de informações e modelos conceituais para fundamentar suas análises e indicações explorando e colaborando de modo sólido com os debates sobre o tema, o que fortalece a credibilidade de suas conclusões.

O capítulo inicial trata sobre os fundamentos e desenvolvimento das unidades de Assuntos Internos das polícias. Discute-se a necessidade de políticas e procedimentos transparentes, a seleção e treinamento adequados do pessoal componente das seções de assuntos internos, e a necessidade de uma estrutura que assegure a responsabilidade e transparência nas operações policiais bem como a correta avaliação e classificação das reclamações.

O segundo capítulo se debruça nos elementos para a condução de investigações internas eficazes. É abordado o necessário planejamento das investigações, análise das partes envolvidas, coleta e tratamento de evidências e o manejo de fontes internas e externas de informação. Aponta ainda a importância de manter registros detalhados trabalhar com prazos de investigações razoáveis visando garantir a eficiência do processo.

Na sequência é oferecido um extenso rol orientativo quanto a entrevistas e interrogatórios. Parte desde a preparação necessária passando por detalhes como a ordem das entrevistas, a avaliação da credibilidade dos declarantes e os procedimentos para garantir que os direitos dos indivíduos sejam respeitados durante o processo. O foco se mantém em obter informações precisas enquanto se garante a integridade do processo investigativo.

São então exploradas as minúcias de operações de investigações internas, destacando a importância de separar investigações administrativas daquelas de natureza criminal e os desafios inerentes às operações secretas dentro das instituições policiais. O capítulo fornece diretrizes eficazes para condução dessas investigações de maneira ética.

Descrevem-se então especificidades das infrações administrativas e criminais tais quais, insubordinação, discriminação, retaliação, denúncias de irregularidades e conduta dos policiais. Também são expostas orientações sobre como lidar com essas questões de maneira que sejam garantidos os direitos dos envolvidos na medida em que se mantém a integridade da corporação, indicando medidas corretivas apropriadas.

No sexto capítulo é tratada a averiguação e responsabilização por órgãos externos. Detalha-se o papel das investigações externas na promoção da responsabilidade policial esclarecendo que entidades externas não devem ser tratadas como antagonistas da instituição e podem complementar as investigações internas além de contribuir para uma maior transparência e fortalecimento da confiança pública nas forças policiais.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UM GUIA ATEMPORAL PARA RESPONSABILIZAÇÃO DE CONDUTAS E ASSUNTOS
INTERNOS NO ÂMBITO DE INSTITUIÇÕES POLICIAIS
Rafael Di Lorenzo Costa

Na unidade seguinte é apresentado um detalhamento da importância da produção dos documentos e relatórios. É apontada a necessidade de os relatórios investigativos serem claros e concisos, destacando a importância de documentar as ações e achados de maneira objetiva bem como fornece orientações para apresentação de conclusões que facilitem a tomada de decisões pelas autoridades decisórias. Destaca-se ainda a indicação de como devem ser tratados e descritos os diversos tipos de recursos utilizados.

O oitavo capítulo aborda questões disciplinares que merecem atenção nas corporações policiais. Abordam-se os diferentes níveis e categorias de medidas disciplinares para enfrentamento da má conduta policial, indicando diretrizes e planejamentos pertinentes. Discutem-se ainda fatores que devem ser considerados para determinar sanções disciplinares com especial atenção à importância de manter consistência e justiça nos processos administrativos. O conteúdo também aborda as consequências potenciais da má conduta policial e as medidas para prevenir recorrências.

Na sequência, são tratadas as possíveis ações pós-disciplinares e de acompanhamento. Dentre os itens mais relevantes abordados são discutidos os processos de recurso e a preparação para as ações judiciais decorrentes relacionadas a ações disciplinares. A ênfase está em garantir que os processos pós-disciplinares sejam conduzidos de maneira justa e garantindo resultados eficientes.

No capítulo final o foco recai na avaliação dos efeitos das investigações internas e do gerenciamento destas. São discutidos métodos de apreciação da eficácia dos procedimentos e seus agentes de execução e dos sistemas de gestão de riscos. A importância de auditorias, inspeções e sistemas de identificação precoce para monitorar e melhorar continuamente as práticas de responsabilização dentro das forças policiais é um destaque.

Os dez capítulos, em razão do seu pragmatismo, servem como um guia atemporal e abrangente para profissionais atuantes em corregedorias e estudiosos interessados em entender e planejar sistemas eficazes de responsabilização policial, alicerçando a necessidade de segurança pública em processos e procedimentos replicáveis.

Em síntese, são três contribuições principais que podem ser extraídas da obra:

Orientações Práticas: São fornecidas recomendações claras e replicáveis sobre diversos aspectos das operações das unidades de assuntos internos, desde o recebimento das denúncias, passando por procedimentos de investigação e manuseio de provas até a execução de ações disciplinares.

Cobertura Abrangente: Os autores abordam uma ampla variedade de temas, iniciando pelo papel fundamental das unidades de correccionais, passando pelas nuances da supervisão externa e concluindo com observação dos resultados alcançados e auditoria.

Exemplos do Mundo Real: A obra ainda faz uso de exemplos reais para ilustrar conceitos-chave e desafios, potencializando a relevância para os profissionais da área.

Por fim, embora o livro ofereça valiosas contribuições há, no contexto atual, pequenas deficiências observadas. Como foi publicado em 2009, o conteúdo aborda princípios essenciais, mas



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UM GUIA ATEMPORAL PARA RESPONSABILIZAÇÃO DE CONDUTAS E ASSUNTOS
INTERNOS NO ÂMBITO DE INSTITUIÇÕES POLICIAIS
Rafael Di Lorenzo Costa

não abrange completamente o impacto de novas tecnologias, como câmeras corporais e o impacto das redes sociais. Além disso, por focar extensamente nas orientações práticas, não são exploradas com profundidade as bases teóricas referentes à responsabilidade policial e os contextos sociais e políticos que impactam diretamente essa atividade.

2. MENÇÃO À REALIDADE NACIONAL

É relevante destacar que existe repositório teórico sobre controle interno e externo da atividade policial no Brasil. Como exemplo da produção nacional robusta, que abrange diversas perspectivas sobre os mecanismos de fiscalização e responsabilização das forças de segurança, pode-se citar estudos como o “As corregedorias dos órgãos de segurança pública no Brasil” de Ignácio Cano e Thais Lemos Duarte (2014), que analisa as corregedorias dos órgãos de segurança pública, revela fragilidades estruturais, incluindo falta de autonomia, recursos insuficientes e foco excessivamente punitivo, apontando para a necessidade de reformulação dessas instituições.

Noutro prisma, “A (des)militarização das Polícias Militares e o Uso de Meios Coercivos no Brasil” de Cristiano Munhoz (2018), faz uma abordagem dos mecanismos de controle das atividades da Polícia Militar, mencionando a discussão sobre desmilitarização, controle interno e externo, e o papel das ouvidorias e corregedorias no enfrentamento dos abusos de poder. Ambas as abordagens contribuem para um debate fundamental sobre a eficácia das políticas de controle policial no país fazendo uso de outros estudos e obras.

Deste modo, como é possível observar no resumo dos capítulos, a obra de Noble e Alpert possui demasiada relevância, pois oferece um marco teórico e prático fundamental para estabelecimento e aprimoramento dos sistemas de controle da atividade policial. As discussões teóricas e exemplos descritos no livro fornecem percepções valiosas que podem ser aplicados no trabalho diário dos profissionais da área e na formulação de treinamentos e instruções, auxiliando na capacitação e especialização do material humano contribuindo significativamente para o desenvolvimento profissional e a eficácia das organizações policiais.

3. DESTAQUE À REALIDADE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ

A Polícia Militar do Paraná (PMPR) possui compromisso com a fiscalização e responsabilização de seu efetivo, por meio de uma postura proativa no estudo e aprimoramento de práticas relacionadas à ética, disciplina e atuação policial. Essa dedicação é explicitada com criação do Núcleo de Integridade e Compliance Setorial da Polícia Militar do Paraná (NICS/PMPR), implementado a partir da Portaria do CG nº 221/2022, e por meio de uma Corregedoria-Geral atuante e estruturada que inclui uma rede de Núcleos Regionais estrategicamente distribuídos pelo estado, em razão da grande extensão territorial do ente federativo.

Na busca da qualificação de seus integrantes, a PMPR oferece cursos de capacitação voltados a processos e procedimentos disciplinares e criminais. Essas formações abrangem desde o



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UM GUIA ATEMPORAL PARA RESPONSABILIZAÇÃO DE CONDUTAS E ASSUNTOS
INTERNOS NO ÂMBITO DE INSTITUIÇÕES POLICIAIS
Rafael Di Lorenzo Costa

conhecimento básico sobre normativas e práticas correcionais até cursos com maior aprofundamento, como o de Especialização em Polícia Judiciária Militar, atualmente, voltado exclusivamente para oficiais, fortalecendo a eficácia na aplicação da legislação.

Ainda há outras iniciativas que demonstram o empenho institucional em evoluir continuamente nessa área. Destaca-se a organização da I Jornada de Ciências Policiais - Polícia Judiciária Militar, realizada em 2024. Esse evento reuniu especialistas, estudiosos e profissionais da segurança pública para discutir as melhores práticas, legislações de interesse e introdução à investigação dentro do contexto da polícia militar.

O próprio efetivo da instituição também reflete essa preocupação. Como exemplo é possível citar o Artigo “Reflexões sobre a corrupção na atividade Policial Militar” de autoria do Major QOPM Moises Ceschin e do Capitão QOPM João Marcos Dutra Da Silva cujo trecho das considerações reverbera a constante busca pelo aprimoramento sobre o tema:

A conscientização do policial militar, não através de uma ação, mas sim de um conjunto de ações, principalmente Instruções preventivas, que demonstrem os malefícios causados pela corrupção, sendo essas Instruções desenvolvidas de forma permanente e ordinária, contribuiriam sobremaneira no desenvolvimento das atividades policiais militares, afastando o policial militar da possibilidade de cometer desvio de conduta e a corrupção. (destaque meu, 2023, p. 11)

Nesse sentido, é possível identificar que o livro de Noble e Alpert representa um recurso relevante para corporações preocupadas com o desenvolvimento de seus órgãos de correição, como é o caso da PMPR. A contribuição para implementação de sistemas eficazes de responsabilização, fundamentada nos princípios e metodologias abordados na referida obra, pode colaborar com a capacidade da corporação em promover processos cada vez mais replicáveis e transparentes, assegurando uma gestão disciplinar robusta e alinhada a padrões de boas práticas internacionais.

4. CONSIDERAÇÕES

A prevenção, o acompanhamento e responsabilização do desvio de conduta policial são essenciais para manter a legitimidade e confiança pública nas ações policiais. Assim, gestores, profissionais, estudiosos e formuladores de políticas de segurança pública devem debater constantemente sistemas de responsabilização cada vez mais sofisticados.

Em momentos de grande comoção pública, quando são noticiados casos graves de desvio de conduta policial, clamores por mudanças ou aprimoramento das ações corretivas são ampliados. No entanto, apesar dos desafios substanciais para reformar os sistemas correcionais, o fortalecimento da capacidade de responsabilização deve ser uma ação contínua e gradativa, não casuística.

Por conseguinte, *Managing Accountability Systems for Police Conduct: Internal Affairs and External Oversight* colabora com os sucessivos e necessários estudos e busca por modernizações. O uso dessa literatura pode contribuir diretamente para aprimorar processos internos de controle e fiscalização de corporações policiais que devem se manter em constante aprimoramento.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UM GUIA ATEMPORAL PARA RESPONSABILIZAÇÃO DE CONDUTAS E ASSUNTOS
INTERNOS NO ÂMBITO DE INSTITUIÇÕES POLICIAIS
Rafael Di Lorenzo Costa

Em encerramento, o fato de o livro ainda não possuir edição traduzida no Brasil representa o desperdício de uma bibliografia crucial para aprimorar o estudo e aplicação de sistemas de responsabilização no contexto policial. Dada à relevância contemporânea do tema no cenário brasileiro, onde questões de violência policial, abuso de poder e desafios à integridade institucional são temas recorrentes, a introdução deste livro no mercado editorial brasileiro enriquece a literatura especializada fornecendo subsídios preciosos aos estudiosos, profissionais de segurança pública e corporações atentas, como é o caso da Polícia Militar do Estado do Paraná.

REFERÊNCIAS

ALPERT, Geoffrey P. **Professor**. [S. l.]: Department of Criminology and Criminal Justice. University of South Carolina, 2009. Disponível em: https://sc.edu/study/colleges_schools/artsandsciences/criminology_and_criminal_justice/our_people/directory/alpert_geoffrey.php. Acesso em: 07 fev. 2025.

CANO, Ignacio; DUARTE, Thais Lemos. As corregedorias dos órgãos de segurança pública no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 84–108, 2014. DOI: 10.31060/rbsp.2014.v8.n2.389. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/389>. Acesso em: 07 fev. 2025.

MUNHOZ, C. **A (des)militarização das Polícias Militares e o Uso de Meios Coercivos no Brasil**. Lisboa/PT: Instituto Superior De Ciências Policiais E Segurança Interna, 2018. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/223219717.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2025.

NOBLE, Jeffrey J. **Consultant/Expert Witness**. [S. l.: s. n.], s. d. Disponível em: <https://www.amazon.com/-/pt/stores/author/B002M906M4/about>. Acesso em: 07 fev. 2025.

PARANÁ. **Portaria do Comando-Geral nº 221, de 9 de março de 2022**. Implementa o Núcleo de Integridade e Compliance Setorial (NICS) na Polícia Militar do Paraná, definindo sua estrutura e regulando suas atribuições. Curitiba: Polícia Militar; Comando-Geral, 2022.

SILVA, João Marcos Dutra da; CESCHIN, Moises. REFLEXÕES SOBRE A CORRUPÇÃO NA ATIVIDADE POLICIAL MILITAR. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, v. 4, n. 10, p. e4104186, 2023. DOI: 10.47820/recima21.v4i10.4186. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/4186>. Acesso em: 07 fev. 2025.